Homofobia à margem da lei: o vácuo legal pela falta de legislação própria e seus impactos na sociedade brasileira.

Amanda Constância de Sousa, Acadêmica do curso de Direito, Centro
Universitário Grupo Integrado, Brasil, E-mail:
amandaconstanciadesousa@gmail.com.

Vitor Natanael Marçal da Silva, Acadêmico do curso de Direito, Centro
Universitário Grupo Integrado, Brasil, E-mail: vitornatanael76@gmail.com.

Resumo: Este artigo científico apresenta uma análise técnica sobre a equiparação do crime de homofobia à Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989) pelo Supremo Tribunal Federal, a qual dispõe sobre a discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Tal marco histórico resultou da inércia injustificada do legislativo brasileiro em tratar dessa matéria, cuja omissão resultou na ausência de uma tipificação penal específica para o crime de homofobia, essencial para a punição e prevenção de condutas discriminatórias motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. Ademais, são discutidos os reflexos sistêmicos dessa lacuna legal na sociedade brasileira, a qual ocupa uma posição alarmante no cenário internacional, sendo o Brasil um dos países com o maior índice de homicídios de pessoas LGBTQIA +.

Palavras-chave: LGBTQIA +, Homofobia, Marginalização, Comunidade, STF, Lacuna legal.

Summary: This scientific article presents a technical analysis of the Supreme Federal Court's decision to equate the crime of homophobia with the Racism Law (Law No. 7,716/1989), which addresses discrimination based on race, color, ethnicity, religion, or national origin. This historic milestone resulted from the unjustified inertia of the Brazilian legislature in addressing this issue, a failure that led to the absence of specific criminal typification for the crime of homophobia, essential for the punishment and prevention of discriminatory conduct motivated by sexual orientation and gender identity. Furthermore, this article discusses the systemic impacts of this legal gap on Brazilian society, which holds an alarming position on the international stage, with Brazil being one of the countries with the highest rates of homicides of LGBTQIA+ individuals.

Keywords: LGBTQIA+, Homophobia, Marginalization, Community, Supreme Federal Court (STF), Legal gap.

INTRODUÇÃO

A discriminação profundamente enraizada e perpetuada na sociedade brasileira contra pessoas LGBTQIA+ é frequentemente fomentada pela ausência de uma legislação específica que tipifique expressamente tais condutas e atue como um mecanismo repressivo e preventivo. A inexistência de uma lei específica para o combate à homofobia gerou um vácuo legal que contribui para a manutenção dessa prática, acarretando a impunidade dos agressores e a perpetuação da violência emocional e física contra essa comunidade.

Fatores como o moralismo institucional e o conservadorismo do Legislativo brasileiro constituem pilares que evidenciam a omissão injustificável do Estado brasileiro em tratar do tema com a seriedade e a urgência que ele requer. A falta de uma legislação própria resulta na ausência de punições adequadas no âmbito do Judiciário, na insegurança jurídica quanto às sanções penais, bem como propicia a carência de políticas públicas que promovam a conscientização e a proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+.

É inadmissível que um país como o Brasil, cuja Carta Magna afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (CF/88), persista, ano após ano, figurando como uma das nações com elevados índices de violência contra a comunidade LGBTQIA+, sendo destaque no cenário internacional como um dos países com o maior número de assassinatos e suicídios dessa população, ocupando o lamentável primeiro lugar no ranking de assassinatos de pessoas transexuais e travestis por diversos anos consecutivos.

Apenas a equiparação do crime de homofobia à Lei de Racismo revela-se insuficiente, como indicam os alarmantes índices de violência contra toda a comunidade LGBTQIA+. Torna-se imprescindível a criação de uma legislação própria e efetiva, que combata os crimes de ódio com base na orientação sexual e na identidade de gênero. Além da violência, destaca-se também a exclusão social como uma das inúmeras consequências da inércia do Legislativo em tratar a homofobia como crime, o que acaba impactando diretamente o cotidiano dessas pessoas, seja no âmbito familiar, social ou profissional.

O presente artigo tem como objetivo avaliar a efetividade da equiparação do crime de homofobia à Lei de Racismo, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2019, identificando as implicações sociais e jurídicas geradas pela ausência de uma legislação específica e, por fim, propor ações para a criação de uma norma própria que assegure a proteção e a igualdade para todos.

É fundamental que o Brasil adote medidas concretas e eficazes para suprir esse vácuo legal, promovendo a discussão da matéria no Legislativo e, assim, a implementação de uma legislação abrangente e idônea, que proteja os direitos das pessoas LGBTQIA+ e combata a homofobia em todas as suas formas e manifestações.

METODOLOGIA

Análise descritiva, realizada por meio de pesquisa qualitativa, fundamentando-se em entendimentos doutrinários e em estudos de pesquisadores pertinentes à temática da homofobia, buscando avaliar quais foram os efeitos práticos decorrentes da equiparação do crime de homofobia à Lei de Racismo nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, bem como identificar os fatores que originaram essa demanda junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, será realizada uma análise acerca da inércia injustificada do Legislativo brasileiro em relação à matéria e à criação de uma norma própria. Inclui-se, ainda, a aplicação de uma entrevista semiestruturada com dirigentes de associações envolvidas com pautas LGBTQIA+ na região do Paraná, bem como a coleta e análise de dados e artigos de domínio público.

Busca-se examinar, por meio de dados coletados por ONGs e organizações oficiais, o real cenário vivenciado por pessoas LGBTQIA+ no Brasil e qual o impacto que a omissão existente no Legislativo vem causando a toda essa comunidade, além de realizar uma avaliação de como o tema é tratado em diferentes países ao redor do mundo.

Por meio dos métodos de pesquisa aplicados neste artigo, pretende-se demonstrar o quão urgente se torna a necessidade de que o tema da homofobia seja amplamente discutido no Brasil, sendo imprescindível a elaboração de uma legislação própria que tutele especificamente essa matéria.

1 DEFINIÇÃO E CONCEITO DE HOMOFOBIA

A terminologia “homofobia” é entendida como a aversão ou rejeição a pessoas que sentem atração por indivíduos do mesmo sexo. Essa repulsa à referida comunidade, motivada unicamente por sua existência e por sua orientação sexual diversa da heterossexual, pode manifestar-se de diversas formas, seja por aspectos relacionados à cultura de determinada região, a fatores sociais ou, ainda, em decorrência do credo e das crenças praticadas pelo indivíduo.

Para Daniel Borrillo (2010, p. 22), essa dimensão muitas vezes se reforça mutuamente, perpetuando o preconceito e criando barreiras para a inclusão e o respeito à diversidade sexual:

Conjunto das atitudes cognitivas e de cunho negativo para a homossexualidade nos planos social, moral, jurídico e/ou antropológico. O termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social.

Nesse mesmo sentido, a jurista Maria Berenice Dias (2012) reforça a abrangência do conceito de homofobia e suas diversas manifestações:

Ainda que muitos não saibam, homofobia significa aversão a homossexuais. Sem precisar ir ao dicionário, a expressão compreende qualquer ato ou manifestação de ódio ou rejeição a homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Apesar de a palavra homofobia albergar todos esses segmentos, novas expressões, como lesbofobia, bifobia e transfobia, surgem para dar ainda mais visibilidade à intolerância em todos os seus matizes.” (DIAS, Maria Berenice. Homofobia é crime? IBDFAM, 2012).

Nesse contexto, seu conceito remonta à segunda metade do século XX, quando George Weinberg, psicólogo clínico norte-americano, foi o primeiro a utilizar a palavra "homofobia" ao publicar *Society and the Healthy Homosexual* (1972) (*A Sociedade e o Homossexual Saudável*), obra na qual tratava de maneira clara sobre o termo, observando que muitas pessoas nutriam medo, aversão ou até mesmo ódio extremo e infundado por indivíduos cuja orientação sexual divergia da heterossexual. Segundo ele, "Homofobia é o pavor de estar próximo a homossexuais e, no caso dos próprios homossexuais, autoaversão" (WEINBERG, 1972, p. 8). Com essa definição desse comportamento, percebeu-se tratar-se de uma "fobia", uma vez que ocorre de maneira irracional.

Após sua publicação, houve a popularização do termo por ativistas políticos da época e por fundamentalistas, repercutindo até os dias atuais, sendo amplamente utilizado por toda a sociedade.

Tal aversão pode, inclusive, manifestar-se de forma velada e internalizada, sem que haja qualquer explicação racional para sua prática, ocorrendo, muitas vezes, por mero desconhecimento do novo, diante da ampla riqueza existente na diversidade da sexualidade humana, o que leva muitos, por ignorância, à prática de condutas homofóbicas e discriminatórias. Segundo Daniel Borrillo (2010, p. 7), a homofobia pode ser entendida como um conjunto de emoções negativas:

Tem sido utilizado para fazer referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio ou medo) em relação às homossexualidades. No entanto, fazê-lo assim implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar seu enfrentamento somente a partir das medidas voltadas a minimizar os efeitos e sentimentos e atitudes de indivíduos ou grupos de indivíduos.

Baseado nesse raciocínio, a prática discriminatória pauta-se na crença de que há algum tipo de hierarquia entre as orientações sexuais, de modo que se elenca a heterossexualidade como o modelo ideal e perpetuado na sociedade, em detrimento das demais.

A homofobia é vivenciada, muitas vezes, de forma "sutil", seja por meio de "brincadeiras" ou chacotas; contudo, pode chegar a extremos, ocasionando a prática de crimes contra a vida ou, até mesmo, induzindo ao suicídio pessoas que se identificam com uma orientação sexual distinta da maioria ou que possuem uma identidade de gênero diversa do cisgênero. Esses indivíduos vivenciam uma percepção do mundo à sua volta permeada por discriminação, em razão de sua mera existência.

De acordo com Seffner (2009, p. 132), existem pilares fundamentais para a constituição de um ambiente educativo e saudável:

A primeira é abolir das piadas e das manifestações sexistas, tão comum entre professores e professoras, acerca dos alunos e das alunas "diferentes" dos padrões ditos "normais". Não é possível educar num ambiente de falta de respeito, e a agressão – verbal e até mesmo física - tem sido uma arma de expulsão de indivíduos que não se enquadram na regra da heteronormatividade. É necessário construir um ambiente de respeito e aceitação, o que não significa permitir que todo o desejo dos alunos em relação à vida amorosa particularmente sexual seja admitido na escola. Mas as regras que valem para namoros entre moças e rapazes devem ser as mesmas para namoros entre rapazes ou moças. Por que não se aceitaria que dois alunos ficassem de mãos dadas no recreio, se aceitamos que um rapaz e uma moça façam isso? Se a escola estabeleceu limites para os

namoros em termos de contato físico (beijo, “amasso” etc.), estas regras devem servir para os diferentes tipos casais que se constituem. E todos devem cumpri-las.

Em contrapartida, em países como o Brasil, que possuem tradições culturais, de certo modo, mais conservadoras, a homofobia acaba sendo amplificada por grande parte da sociedade, fazendo com que muitas pessoas LGBTQIA+ ainda vivenciem a exclusão social, a violência e a marginalização. Nesse sentido, Chiarini Júnior (2003, p. 1) afirma:

Em decorrência da não caracterização da homossexualidade como doença, o termo homossexualismo deixou de constar nos diagnósticos da CID-10, pois, o sufixo "ismo" que significa doença, foi substituído por "dade" que designa modo de ser. Segundo os médicos o homossexualismo não pode mais ser "... Sustentado enquanto diagnóstico médico. Isto porque os transtornos dos homossexuais realmente decorrem muito mais de sua discriminação e repressão social derivados do preconceito do seu desvio sexual. Desde 1991, a Anistia Internacional considera violação aos direitos humanos a proibição da homossexualidade.

Nesse sentido, muitos acabam sofrendo bullying no ambiente escolar desde a infância até o final da adolescência, passando posteriormente para sua vida profissional e social. No contexto familiar, frequentemente são expulsos de seus lares, sofrem agressões psicológicas constantes e, em casos extremos, até violência física, simplesmente por serem quem são.

A homofobia possui impactos diretos na vida das pessoas LGBTQIA+, como, por exemplo, a exclusão social e a marginalização dessa comunidade por grande parte da sociedade. Essa exposição discriminatória exacerbada cria um ambiente de hostilidade e insegurança, acarretando, em muitos casos, o desenvolvimento de problemas relacionados à saúde mental, como ansiedade e depressão.

Pesquisas do *National Institutes of Health* (NIH) e do *Trevor Project* de 2022 demonstraram que pessoas LGBTQIA+ possuem um risco significativamente maior de cometer suicídio, se comparadas à parcela da sociedade heterossexual. Esses dados evidenciam a quão vulnerável e marginalizada se encontra essa população, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, seja pela falta de aceitação de si mesmas, pelos familiares, amigos, ou pela rejeição sofrida cotidianamente na sociedade, tornando a homofobia uma questão a ser debatida com a seriedade e urgência que o tema merece.

Em *Defesa dos Direitos LGBTQIA+ e a Urgência de Leis Específicas Contra a Homofobia* (Dimitri Sales, 2024), o autor elenca que:

A ausência de proteção específica contra crimes de ódio afeta não só a segurança, mas a própria dignidade humana da população LGBTQIA+. Sem uma legislação que atenda às particularidades desses crimes, o Estado falha em sua função primordial de garantir igualdade e justiça para todos os cidadãos, relegando essas pessoas a uma posição de insegurança e exclusão.

Essa ausência de legislação específica dificulta o avanço profissional do indivíduo e sua convivência social, criando um ciclo de marginalização que impede o progresso e

reforça o isolamento. Quando a discriminação ocorre de forma constante e é reforçada por estigmas e normas sociais excludentes, a pessoa LGBTQIA+ é, de certa forma, afastada de uma plena participação na sociedade, fazendo com que se sinta invisível ou indesejada em espaços onde todos deveriam ter acesso. Isso demonstra que a inclusão e a proteção de direitos não são apenas uma questão legal, mas uma necessidade humana, fundamental para garantir uma convivência social equilibrada e justa.

2 A HOMOFOBIA NO BRASIL E SEUS ASPECTOS NO JUDICIÁRIO

Em 1990, deixou-se de utilizar o termo "homossexualismo", uma vez que essa terminologia sugeria uma conotação de doença. Em resposta aos grandes movimentos LGBTQIA+ da época, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de considerar a homossexualidade como um transtorno, encerrando, assim, os tratamentos de "cura" que eram amplamente utilizados, os quais incluíam terapias e até mesmo técnicas com a utilização de choques elétricos, com o objetivo ilusório de reverter a orientação sexual das pessoas. Segundo Daniel Borrillo (2010, p. 65), ele explica que:

Do mesmo modo que a teoria contemporânea do darwinismo social serviu (...) para legitimar o racismo e o colonialismo, ao defender a ideia de uma hierarquia racial do desenvolvimento social baseada na biologia, assim também as primeiras teorias sexológicas justificaram a subordinação das mulheres ao afirmar seu caráter biologicamente determinado; e, paralelamente, em razão de seu destino anatômico, os homossexuais acabaram sendo situados em uma posição marginal no âmbito da 'hierarquia sanitária' dos sexos e das sexualidades.

Segundo estimativas, a população LGBTQIA+ no Brasil corresponde a cerca de 12% da sociedade, totalizando aproximadamente 19 milhões de pessoas. Esse levantamento, realizado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e publicado na revista *Nature Scientific Reports*, demonstra a expressiva representatividade dessa comunidade. No entanto, mesmo sendo uma parcela significativa da população, muitas dessas pessoas continuam a enfrentar marginalização. Em inúmeras ocasiões, são expulsas de casa ainda jovens, enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e ocupam poucas posições de liderança na sociedade. Essa situação se agrava pela falta de representatividade política e midiática, onde, por muito tempo, homossexuais foram retratados de forma estereotipada e pejorativa, especialmente em programas de humor. Vecchiatti (2016, p. 1) afirma que:

Vivemos atualmente em uma verdadeira banalidade do mal homotransfóbico, na medida em que muitas pessoas ("normais", não "monstros") se veem detentoras de um pseudo "direito" de ofender, discriminar, agredir e até mesmo matar pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) por sua mera orientação sexual ou identidade de gênero não heterossexual cisgênera, ou seja, todo aquele que não ame pessoas do sexo oposto e que não se identifique com o gênero socialmente atribuído ao seu sexo biológico.

Dados alarmantes apontam o Brasil como um dos países que mais matam pessoas LGBTQIA+ no mundo. Esse cenário é alimentado tanto pelo preconceito enraizado e sistemático na sociedade brasileira quanto pelo crescimento de uma onda conservadora no país, que promove discursos discriminatórios sob a justificativa da liberdade de expressão e do amparo à liberdade religiosa, frequentemente explorados para justificar o ódio em defesa da "família tradicional brasileira" e dos "bons costumes".

Outro dado trágico é apresentado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que estima que uma pessoa LGBTQIA+ seja morta a cada 23 horas no Brasil. Muitas dessas vítimas são pessoas transexuais e travestis, uma população ainda mais marginalizada. Sem apoio familiar e enfrentando dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, muitas acabam recorrendo à prostituição, tornando-se vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis devido à falta de acesso a serviços de saúde adequados. Essas vítimas são frutos palpáveis da omissão conivente do Estado brasileiro. Os autores Rainer Bomfim e Alexandre Gustavo Melo, em sua obra *A inconstitucionalidade por omissão: o dever de criminalizar a LGBTIfobia no Brasil*, sustentam que o Brasil, como um Estado Democrático de Direito e como partícipe de sistemas internacionais e regionais de Direitos Humanos, encontra-se hoje em situação de omissão objetiva e clara quanto à prevenção e repressão da violência LGBTIfóbica (BOMFIM e MELO, 2019, p. 5).

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), "a expectativa de vida de uma travesti e/ou pessoa transexual no Brasil é de 35 anos, enquanto a média da população brasileira é de 76 anos" (BENEVIDES, 2022, p. 12). Cabe frisar que, em 2022, o Brasil registrou 151 mortes de pessoas trans e travestis, consolidando-se como o país com o maior número de assassinatos desse grupo no mundo pelo 14º ano consecutivo (ANTRA, 2023).

A ANTRA também destaca que a maior parte das vítimas de assassinato entre pessoas transexuais e travestis encontra-se na faixa etária de 18 a 39 anos, o que contribui para a baixíssima expectativa de vida dessa população. O Brasil, mais uma vez, figura como o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo. Esses números alarmantes podem estar ainda subnotificados, uma vez que muitos estados brasileiros não disponibilizam relatórios claros e consistentes sobre crimes motivados por intolerância a gênero e orientação sexual (BENEVIDES, 2022).

Diante desse cenário, é fundamental que o Brasil vislumbre um futuro em que possa se libertar de dogmas conservadores que, muitas vezes, servem de justificativa para práticas discriminatórias. Somente por meio da educação e de uma legislação robusta é possível promover maior respeito e aceitação da diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, a Ministra Cármen Lúcia (2024) ressalta que:

"Há uma cultura de preconceitos no Brasil e isso não se muda nem por decreto nem por Constituição. A diferença que ponho sempre é que o direito constitucional é o direito dos sonhos possíveis. Depende de nós. Se nós fizermos valer a Constituição integralmente –porque direito não se ganha, direito se conquista, e se conquista todos os dias– nós podemos construir uma grande democracia e tornamos o artigo 1º da Constituição brasileira integralmente cumprido."

Ainda quanto ao preconceito enraizado na sociedade brasileira, a Ministra Cármen Lúcia (2024) observa que ele fere diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana:

“O princípio da igualdade é o princípio mais repetido na Constituição brasileira. Não considero o princípio mais forte do constitucionalismo brasileiro contemporâneo, porque acho que seja o princípio da dignidade humana, mas é o princípio que mais vem se repetindo na Constituição de 1988, porque o maior problema que nós temos é o da desigualdade”.

Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, de forma unânime, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, garantindo que nenhum cartório ou juiz pudesse recusar-se a realizar essa união. Posteriormente, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça reforçou o direito à união estável para casais homoafetivos. Ambas as decisões foram necessárias diante da inércia do legislativo brasileiro em debater e editar leis sobre a matéria. Historicamente, o legislativo brasileiro impõe dificuldades à tramitação de pautas LGBTQIA+ tanto no Congresso Nacional quanto no Senado.

A inação do legislativo levou novamente o Poder Judiciário a responder ao clamor popular da comunidade LGBTQIA+, cujos direitos são frequentemente violados. Essas pessoas buscam apenas viver suas vidas com dignidade, exercendo o direito ao estudo, ao trabalho, à formação de suas famílias e à segurança, sem sofrer violência por serem quem são. Cabendo, assim, ao STF não apenas reavaliar leis ou declará-las constitucionais, mas também desempenhar outras funções. Segundo Barroso (2019, p. 470):

A aplicação direta da Constituição a determinadas situações, com atribuição de sentido a determinada cláusula constitucional; a interpretação conforme a Constituição e a criação temporária de normas para sanar hipóteses conhecidas como de inconstitucionalidade por omissão, que ocorrem quando determinada norma constitucional depende de regulamentação por lei, mas o Legislativo se queda inerte, deixando de editá-la.

O artigo 5º da Constituição Federal (CF/88) garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Considerando a omissão do legislativo em abordar o tema com a devida seriedade, o Supremo Tribunal Federal, em 2019, equiparou a homofobia aos crimes de racismo (Lei 7.716/1989), até que o legislativo regulamente a matéria. Assim, condutas discriminatórias contra pessoas LGBTQIA+ passaram a ser equiparadas ao crime de injúria racial, que é inafiançável e imprescritível, com pena de até cinco anos de reclusão, além de multa.

Na tentativa de compreender os fatores que levam à resistência do Congresso Nacional em aprovar essa legislação, nota-se a ignorância em relação ao tema, alinhada ao conservadorismo e ao fundamentalismo religioso. De acordo com Vecchiatti (2016, p. 1):

O que o Movimento LGBT quer é que essa proteção se estenda a pessoas LGBT, pela inclusão das expressões “orientação sexual” e “identidade de gênero” na Lei de Racismo, nossa citada Lei Geral Penal Antidiscriminatória. Ao contrário de uma inverdade muito difundida, que nunca o PLC 122/06 visou criminalizar “só” a “homofobia”. Ele visava a criminalizar a discriminação “por orientação sexual” e “por identidade de gênero”, que são expressões mundialmente consagradas para tais fins. É pura ignorância ou má-fé argumentativa dizer que seriam termos supostamente “imprecisos”, para o absurdo de retirar as menções a “orientação sexual” e “identidade de gênero” dele (Projeto de Novo Código Penal), quando, na verdade, são termos mundialmente consagrados, constantes de leis existentes mundo afora. Isso é importante ser destacado: com essa retirada, parlamentares

fundamentalistas religiosos que se opõem à criminalização da homofobia e da transfobia tiraram tal criminalização do Projeto de Novo Código Penal.

Quanto à equiparação realizada pelo Supremo Tribunal Federal, a deliberação da matéria estendeu-se por três anos e necessitou de seis sessões para votação. A decisão dos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Celso de Mello, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber foi favorável à equiparação, enquanto Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio posicionaram-se contra, argumentando que o tema caberia ao legislativo.

A equiparação à Lei de Racismo representou um avanço e um marco significativo na proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+, frequentemente discriminada e marginalizada na sociedade brasileira. Luiz Flávio Gomes (2017, p. 45) afirma que:

A segurança jurídica é um princípio fundamental do Estado de Direito. Não pode haver segurança jurídica sem que haja leis claras, específicas e previamente estabelecidas para definir o que constitui crime e quais são as penas aplicáveis. A certeza do direito é condição essencial para a justiça e a equidade na aplicação da lei penal.

Embora sejam louváveis os avanços conquistados pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir o pleno respeito aos seus direitos, incluindo o direito de existir e ocupar todos os espaços.

Cesare Beccaria, em *Dos Delitos e das Penas* (1764, Cap. XV), enfatiza a importância de uma legislação clara e justa:

Não há liberdade toda vez que as leis permitem que, em certos casos, o homem deixe de ser juiz e torne-se um executor dos próprios preconceitos e caprichos. Somente as leis podem determinar as penas dos delitos e esta autoridade não pode estar em outras mãos que não aquelas do legislador que representa a sociedade inteira.

É imprescindível que o Legislativo exerça seu papel de maneira plena, criando uma legislação clara e eficaz para o crime de homofobia, de forma que o disposto no artigo 5º da Constituição Federal tenha um significado real para todos os brasileiros, e não apenas para aqueles que se identificam como heterossexuais e cisgêneros.

Com uma legislação uniforme em todos os estados e municípios, políticas públicas poderão ser implementadas adequadamente para proteger os direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+, permitindo ações eficazes de prevenção e repressão. Dessa forma, o Brasil poderá deixar de ser conhecido internacionalmente como o país que mais mata pessoas dessa comunidade, reafirmando que ela não é constituída apenas por números em estatísticas alarmantes, mas sim por pessoas que devem ter seus direitos assegurados pelo Estado.

3 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO ATUAL E SUAS LIMITAÇÕES

No Brasil, a luta contra a homofobia afeta profundamente a vida de muitas pessoas que enfrentam um obstáculo significativo: a ausência de uma legislação específica que criminalize a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTQIA+. Embora a Constituição de 1988 garanta igualdade a todos, esse direito fundamental frequentemente não se traduz na realidade para uma parcela da população brasileira. Para muitos, a falta de normas claras sobre a homofobia gera um estado de constante insegurança e vulnerabilidade — fatores que motivaram a atuação do Supremo Tribunal Federal para resguardar princípios constitucionais. O Ministro Celso de Mello (BRASIL, 2019, p. 70) aponta que:

Conduas contrárias à liberdade de orientação sexual possuem nítido caráter discriminatório e violador da dignidade do ser humano, em patente confronto com esse conjunto de normas constitucionais. A homofobia decorre da mesma intolerância que suscitou outros tipos de discriminação, como aqueles em razão de cor, procedência nacional, religião, etnia, classe e gênero.

Essa lacuna legal perpetua um ciclo de violência, impunidade e insegurança, vivenciado diariamente por membros da comunidade LGBTQIA+. Trata-se não apenas de uma questão pessoal, mas do reflexo de uma sociedade que ainda não conseguiu respeitar e atender às necessidades de todos os seus cidadãos. A luta por dignidade e reconhecimento é constante, impulsionada por grupos dedicados à causa.

Casos emblemáticos no Brasil ilustram a brutalidade do ódio que motiva tais crimes, como o de Alexandre (2010), um adolescente de 14 anos brutalmente assassinado em São Gonçalo (RJ) devido à sua orientação sexual; Dandara dos Santos (2017), uma mulher transexual espancada e humilhada em Inhumas (GO), enquanto a violência era filmada; e Alex (2014), uma criança de 8 anos espancada até a morte pelo próprio pai, que alegava querer “ensiná-lo a ser homem” por seu comportamento afeminado.

Apesar da gravidade e da motivação homofóbica evidente nesses casos, a legislação brasileira é falha e carece de dispositivos que agravam as penas para crimes motivados por homofobia. Muitas vezes, esses crimes são tipificados apenas como homicídio simples ou lesão corporal, sem considerar o fator do ódio. Mesmo após a equiparação do crime de homofobia à Lei de Racismo em 2019, a ausência de uma legislação específica impede a majoração das penas, limitando a punição e enfraquecendo a função preventiva da lei, o que reforça a sensação de impunidade.

No entanto, é evidente que, em um país conservador onde a homofobia está enraizada, a criação de uma legislação específica, embora necessária, não seria suficiente por si só. Conforme ressalta Margot Jung, presidente da Associação Maringense LGBT, em entrevista pessoal (Campo Mourão, 2024):

Seria muito importante haver uma legislação específica. Acho bom para a população, principalmente se considerarmos que as pessoas agressoras não terão mais a impunidade. No entanto, só ter uma legislação específica não é o todo. É necessário trabalhar o combate à LGBT fobia e a conscientização, desde as séries iniciais do ensino fundamental, com uma educação inclusiva e para o respeito. É através da educação que faremos a revolução.

A equiparação do crime de homofobia à Lei de Racismo pelo STF, embora represente um marco importante, possui caráter temporário, cabendo ao Legislativo tratar definitivamente do tema. No entanto, essa omissão legislativa reflete uma resistência histórica à atualização das normas em consonância com as transformações sociais. Conforme destaca Dias (2016, p. 50):

A sociedade evolui, transforma-se, rompe com tradições e amarras, o que gera a necessidade de oxigenação das leis. A tendência é simplesmente proceder à atualização normativa, sem absorver o espírito das silenciosas mudanças alcançadas no seio social, o que fortalece a manutenção da conduta de apego à tradição legalista, moralista e opressora da lei.

Tal perspectiva evidencia que, mesmo diante de significativos avanços sociais e do reconhecimento dos direitos LGBTQIA+, o apego a uma tradição jurídica conservadora ainda compromete a criação de uma legislação verdadeiramente inclusiva e efetiva. Essa solução provisória impõe desafios ao Judiciário quanto à aplicação da lei, uma vez que promotores e juízes enfrentam limitações para adequar as penas, aplicando-as de forma genérica e sem considerar o viés de ódio irracional.

Cabe ressaltar a fala pertinente e favorável da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia (2019), que declara:

Todo preconceito é violência. Toda discriminação é causa de sofrimento, mas aprendi que alguns preconceitos causam mais sofrimentos que outros, porque alguns são feridas curtidas já em casa, na qual a discriminação castiga a pessoa desde o seu lar, afasta pai de filho, irmãos, amigos, pela só circunstância de tentar viver o que se tem como sua essência e que não cumpre o figurino sócio-político determinante e determinado.

A legislação, na forma como está, possui um caráter meramente punitivo e temporário. Por se tratar de uma equiparação, não houve uma discussão aprofundada sobre o tema que abordasse, além da punição, diretrizes preventivas e ações de conscientização. Uma legislação própria poderia promover uma mudança real na sociedade, incentivando o acolhimento e o respeito à diversidade sexual e de gênero.

Ademais, a tipificação da homofobia com foco também na prevenção dessa conduta, por meio principalmente de políticas públicas voltadas para essa comunidade, seria de suma importância para a garantia dos direitos fundamentais da população LGBTQIA+ na sociedade brasileira.

4 CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A busca da comunidade LGBTQIA+ pelo reconhecimento de seus direitos e pela efetiva proteção do Estado não se limita apenas à construção de um arcabouço jurídico mais inclusivo. Trata-se, também, da necessidade urgente de transformar práticas culturais

excludentes que, historicamente, estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, Benevides (1996, p. 194) afirma que:

A democratização em nosso país depende, nesse sentido, das possibilidades de mudança nos costumes – nas “mentalidades” – em uma sociedade tão marcada pela experiência do mando e do favor, da exclusão e do privilégio. A expectativa de mudança existe e se manifesta na exigência de direitos e de cidadania ativa.

Assim, fica evidente que a construção de uma sociedade democrática e plural depende não apenas da elaboração de leis, mas também da desconstrução de padrões culturais que perpetuam a marginalização de grupos historicamente oprimidos.

Nesse sentido, compreender a luta da comunidade LGBTQIA+ como uma expressão de cidadania ativa é fundamental para romper o ciclo de marginalização histórica a que essas pessoas são submetidas. Trata-se de uma atuação política que reivindica não apenas o direito à existência, mas também o direito à voz e à deliberação nas decisões públicas.

Adela Cortina (2005, p. 35) ressalta a importância dessa participação cidadã:

[...] o cidadão é o que se ocupa das questões públicas e não se contenta em se dedicar a seus assuntos privados, mas também quem sabe que a deliberação é o procedimento mais adequado para tratar dessas questões, mas que a violência, mas que a imposição, mas até que a votação, que será apenas o recurso último, quando já se tiver empregado convenientemente a força da palavra [...] (CORTINA, 2005, p. 35 grifos da autora).

Essa concepção de cidadania reforça que os direitos humanos não se conquistam apenas por meio de leis, mas também por meio da ação direta dos sujeitos sociais organizados, que desafiam estruturas de exclusão e promovem transformações democráticas profundas.

As consequências da ausência de uma legislação específica contra a homofobia são graves e impactam não apenas as vítimas, mas também suas famílias e toda a sociedade. Para muitos, a falta de proteção legal perpetua a violência e a discriminação, criando um ambiente hostil no qual a homofobia torna-se parte do cotidiano. Essa realidade é particularmente evidente em escolas, ambientes de trabalho, práticas esportivas e espaços públicos, onde jovens frequentemente se tornam alvos de bullying e segregação.

Maria Berenice Dias (2011, p. 132) ressalta que:

A omissão legislativa em relação aos direitos LGBTQIA + perpetua uma exclusão histórica e estrutural, comprometendo não apenas a igualdade formal, mas a material. Essa ausência torna o direito um instrumento de opressão quando deveria ser de proteção.

Esta falta de um marco legal claro alimenta uma cultura de silêncio e medo. Muitas pessoas LGBTQIA+ se sentem isoladas, com seus direitos constantemente violados, o que não apenas afeta sua saúde mental e emocional, mas também normaliza a violência e, conseqüentemente, contribui para o aumento alarmante dos crimes de ódio contra toda a comunidade. A contínua negação de direitos e a invisibilização social da população LGBTQIA+ afrontam diretamente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 60) propõe uma conceituação abrangente e precisa ao afirmar que:

Temos por dignidade da pessoa humana, a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade implicando neste sentido um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos.

A ausência de uma legislação específica contra a homofobia, somada à indiferença institucional diante da violência sofrida por essa população, revela a omissão do Estado em cumprir seu dever de garantir não apenas a integridade física, mas também as condições existenciais mínimas para uma vida digna e participativa. Ademais, o impacto psicológico da homofobia pode ser devastador; vítimas de agressões frequentemente lidam com traumas que se manifestam em condições como depressão e ansiedade, agravadas pela falta de apoio legal por parte do Estado e pelo fato de como a sociedade ainda, em 2024, normatiza tais condutas.

Daniel Borrillo, na obra *A Homofobia* (2010, p. XX), destaca que a violência praticada contra homossexuais pode ser entendida sob diferentes formas, entre elas:

As violências causadas a homossexuais manifestada sob a forma de insultos, injúrias, enunciados depreciativos ou condenações morais, conduz muitos homossexuais a lutar contra seus desejos, engendrando, não raro, graves problemas psicológicos, dentre eles a culpa, ansiedade, vergonha e depressão são as principais manifestações dessas violências (BORRILLO; 2016, pág. 42).

Por sua vez, a Autora Sonia Maria Ferreira Koehler, apresenta algumas formas de violências na obra coletânea "Homofobia, Cultura e Violências: A Desinformação Social":

Há muito tempo homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos sofrem agressões físicas e morais intensas: assassinatos, espancamentos, ofensas verbais, demissão do emprego e exclusão escolar são frequentes. Essa dinâmica é alimentada, direta e indiretamente, por opiniões, crenças e valores da mentalidade heterossexista e pela falta de informação e formação sobre a sexualidade (KOEHLER; 2013, pág. 148).

A ausência de uma legislação específica que condene a homofobia reforça a ideia de que comportamentos preconceituosos são socialmente aceitáveis. Quando o Estado falha em proteger seus cidadãos de maneira categórica, transmite a mensagem de que o preconceito contra a população LGBTQIA+ pode ser tolerado. A legislação branda em relação a tais atos transforma ambientes familiares, escolares e de trabalho em campos minados, onde expressar a própria identidade pode resultar em piadas cruéis, exclusão ou até mesmo agressões físicas. Essa realidade não apenas contribui para a destruição da autoestima dos indivíduos, como também compromete a construção de uma sociedade que valorize a diversidade humana. “A homofobia é um reflexo de como a sociedade brasileira se relaciona com as diferenças e as identidades de gênero”, destaca Fry (2006, p. 85), ao enfatizar a necessidade urgente de uma mudança cultural e legal para garantir o respeito e a dignidade de todos.

O preconceito, muitas vezes iniciado por pequenas atitudes, torna-se parte da rotina. A ausência de leis específicas e de conscientização sobre o tema cria um ciclo vicioso: sem a devida proteção legal, muitas vítimas acabam se silenciando por medo de represálias, permitindo que o preconceito permaneça inquestionado e vigente. Nesse sentido, Foucault (1988, p. 143) argumenta que “a homossexualidade é uma das formas de expressão da sexualidade que tem sido historicamente reprimida, e essa repressão gera não apenas dor individual, mas também um impacto social profundo”.

Em muitos casos, jovens LGBTQIA+ sentem-se forçados a esconder sua verdadeira identidade por medo de retaliações. Muitos enfrentam o risco real de serem expulsos de casa, sendo obrigados a viver uma vida de negação e limitações. A falta de conscientização na sociedade priva toda uma comunidade do exercício de seus direitos: viver conforme deseja, demonstrar afeto e constituir família — chegando ao ponto de suas próprias existências serem negligenciadas.

A luta por igualdade transforma-se em um desafio cotidiano. Indivíduos que já enfrentam discriminação veem-se lutando não apenas contra o preconceito recorrente, mas também contra a falta de reconhecimento de seus direitos básicos. Essa realidade marginaliza a comunidade LGBTQIA+, colocando-a em uma posição de cidadãos de segunda classe e tornando urgente a criação de legislações e políticas públicas que reconheçam e protejam a diversidade sexual e de gênero. As vozes que ecoam nas ruas clamam por um respaldo legal sólido que garanta sua dignidade e seus direitos — de modo que possam ser livres e não se tornem apenas mais um número nas estatísticas de homicídios ao final do dia.

Apesar dos desafios persistentes, a luta pela igualdade avança, impulsionada por movimentos sociais dedicados à causa, que demonstram esforço significativo para promover a visibilidade da população LGBTQIA+. Esses grupos são fundamentais, especialmente no cenário político, considerando que o legislativo brasileiro, em sua maioria, ainda resiste a pautas voltadas à comunidade LGBTQIA+. O apoio da sociedade civil organizada é crucial para que essas conquistas sociais não sejam apenas momentâneas, mas sim duradouras e efetivas.

A normatização da homofobia e a falta de ações concretas contra crimes motivados por ela transcendem a simples questão da liberdade de expressão — como alguns grupos conservadores tentam argumentar. São, na verdade, atos de ódio irracionais que violam direitos básicos sobre como uma pessoa deve viver sua vida. Todos os brasileiros merecem viver livres e sem medo, e uma proteção robusta e eficaz é um alicerce fundamental para a

garantia dos direitos previstos em nossa Constituição. Como destacou o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF, 2019):

os atos de preconceito ou de discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de gênero não podem ser tolerados, ao contrário, devem ser reprimidos e neutralizados, pois se revela essencial que o Brasil dê um passo significativo contra a discriminação e contra o tratamento excludente que tem marginalizado grupos minoritários em nosso país, como a comunidade LGBT” (STF, 2019)

Portanto, a criação de uma legislação específica que criminalize a homofobia configura-se como uma necessidade urgente. Essa mudança não se restringe à tutela dos direitos de uma parcela da população, mas diz respeito à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, assegurando que todos os cidadãos possam viver com respeito, conforme estabelecido no artigo 5º da Constituição Federal. Em uma sociedade democrática, é imprescindível que a garantia dos direitos fundamentais seja não apenas um ideal jurídico, mas uma realidade concreta e acessível a todos.

5 IMPACTOS CAUSADOS PELA HOMOFOBIA NA COMUNIDADE LGBTQIA+

As Paradas do Orgulho LGBTQIA+ representam não apenas celebrações, mas também atos de resistência e de ocupação dos espaços públicos, configurando-se como importantes ferramentas de luta contra a marginalização e a invisibilização social. Nesse sentido, Júlio Simões e Regina Facchini destacam que:

[...] as paradas, como manifestações de visibilidade de massa, marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 151)

Percebe-se que tais eventos cumprem um papel fundamental não apenas no fortalecimento da identidade coletiva, mas também na reivindicação de direitos e na sensibilização da sociedade e do Estado quanto às demandas da população LGBTQIA+.

A ausência de uma legislação clara e específica sobre a homofobia no Brasil acarreta consequências profundas na vida das pessoas LGBTQIA+, muitas das quais enfrentam uma realidade marcada pela exclusão e pela vulnerabilidade. A falta de amparo legal impacta diretamente a forma como essas pessoas vivem, trabalham, estudam e se relacionam, culminando em sofrimento significativo.

O medo constante de ser quem realmente se é constitui a realidade de muitas pessoas LGBTQIA+. Para elas, a violência não representa um risco remoto, mas sim uma ameaça cotidiana. Essa situação evidencia a violação de um dos princípios mais basilares do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, Moraes (2003, p. 60) afirma que:

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Dessa forma, negar às pessoas LGBTQIA+ o direito à autodeterminação, ao respeito e à proteção estatal representa uma grave omissão, que fere o núcleo essencial dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição. A ausência de uma proteção específica contribui para que agressões — tanto físicas quanto psicológicas — ocorram com frequência, muitas vezes sem a devida punição. Antes de 2019, quando o Supremo Tribunal Federal equiparou a homofobia ao crime de racismo, inúmeros crimes de ódio permaneciam sem resposta do Estado, reforçando a sensação de impunidade. Esse cenário de violência e insegurança força muitos indivíduos a esconderem sua identidade por medo, comprometendo principalmente sua liberdade e seu direito à dignidade.

Margot Jung, presidente da Associação Maringaense LGBTQIA+, em entrevista pessoal concedida em Campo Mourão, no ano de 2024, destaca que:

Os efeitos da homofobia vão desde a evasão escolar até a morte. Com base nos estudos que realizei, nos relatos que recebo e nas pesquisas conduzidas por grupos e instituições respeitáveis, os efeitos podem ser devastadores. A homofobia nas escolas contribui significativamente para a evasão de alunos LGBTQIA+. A LGBT fobia no ambiente familiar também apresenta consequências, pois limita o empoderamento e a autoconfiança das pessoas, fazendo com que muitas se assumam tardiamente ou até mesmo optem por não se assumir. Um estudo realizado pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, revela que a falta de suporte de familiares e amigos aumenta o risco de depressão e ansiedade. A LGBTfobia gera, em muitas pessoas, percepções negativas sobre si mesmas, prejudicando sua saúde e suas relações sociais, familiares, profissionais e educacionais, dependendo dos contextos em que enfrentam o preconceito e do tratamento recebido de certos profissionais. Em busca de reduzir o estresse provocado, algumas vítimas de LGBTfobia podem se ver levadas ao consumo excessivo e prejudicial de álcool e outras substâncias psicoativas. O Brasil é o país que mais registra assassinatos de LGBTs no mundo, sendo que esses dados incluem também os suicídios.

No mercado de trabalho, muitas pessoas LGBTQIA+ enfrentam um ambiente marcado pela insegurança. Desde o momento da entrevista até a rotina diária, cada ação é cuidadosamente calculada para evitar qualquer exposição que possa resultar em rejeição ou discriminação. Considere, por exemplo, um profissional qualificado — um jovem recém-formado e entusiasmado com sua carreira — que decide omitir seu relacionamento com uma pessoa do mesmo gênero por receio de que essa informação comprometa sua ascensão profissional. Esse comportamento, além de emocionalmente desgastante, impacta diretamente a capacidade do trabalhador LGBTQIA+ de se integrar plenamente ao ambiente laboral.

Ainda que os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ sejam inúmeros e persistentes, é importante reconhecer que, em determinados momentos, o Estado brasileiro buscou implementar políticas públicas voltadas à promoção de direitos e à inclusão social dessa população. De acordo com Reis (2012b, p. 60):

o apoio do governo ao reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos (por meio da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria Geral da República); a modificação do censo demográfico para obter dados a respeito da população LGBT; o combate à violência e a proteção e promoção dos direitos humanos, por meio dos Centros Referência LGBT; iniciativas para sensibilização dos profissionais da educação quanto à diversidade sexual, como o Curso Gênero e Diversidade na Escola; ações na área da prevenção, tratamento e atenção ao HIV/AIDS; e o estímulo à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade LGBT. (REIS, 2012b, p. 60).

Essas ações, embora representem avanços importantes no campo dos direitos humanos, revelam-se insuficientes para enfrentar plenamente as múltiplas expressões da LGBTfobia no Brasil, sobretudo devido à ausência de uma legislação penal específica que tipifique a homofobia de forma clara como crime.

Por outro lado, em empresas que adotam políticas inclusivas, observam-se transformações significativas. Um funcionário, que anteriormente ocultava sua identidade por receio de preconceito, compartilhou sua experiência ao ouvir a empresa defender publicamente a inclusão: “Foi a primeira vez que me senti acolhido de verdade. Eu podia ser eu mesmo, sem medo, e isso fez toda a diferença em meu desempenho. Hoje, sinto que pertença a este lugar.” Esse tipo de acolhimento gera um ciclo positivo, permitindo que o profissional LGBTQIA+ se desenvolva no ambiente de trabalho, promovendo não apenas resultados para a empresa, mas também seu bem-estar pessoal.

A saúde mental da população LGBTQIA+ é frequentemente afetada, uma vez que muitos serviços de saúde ainda não estão preparados para atendê-la de forma respeitosa e adequada. Imagine uma pessoa transexual buscando atendimento médico, não por questões relacionadas à sua transição, mas por algo simples, como dor de cabeça ou gripe. Ao entrar no consultório, o receio de ser maltratada aumenta seu nível de ansiedade, intensificando o medo de julgamentos ou comentários desrespeitosos — infelizmente ainda comuns.

Nesse sentido, a busca por um sistema de saúde inclusivo é uma questão de dignidade e de bem-estar. Investir na formação e sensibilização dos profissionais da área é fundamental para romper o ciclo de rejeição enfrentado por muitos. Somente por meio da empatia, do respeito e do acolhimento será possível transformar esse direito em acesso universal, onde cada indivíduo possa buscar cuidado sem medo, apenas com o desejo legítimo de ser tratado com dignidade.

Desde os primeiros anos da década de 2000, algumas iniciativas governamentais sinalizavam preocupação com a violência direcionada à população LGBTQIA+. De acordo com documento oficial da Secretaria de Direitos Humanos, uma das metas estabelecidas era: “241. Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os GLTTB, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garante seus direitos” (BRASIL, 2002, p. 19).

Embora relevantes, essas medidas mostraram-se, ao longo dos anos, insuficientes para conter a escalada da violência e da discriminação, especialmente diante da ausência de uma legislação penal específica que criminalizasse de maneira clara e efetiva os atos de LGBTfobia no país. Isso evidencia que, sem o suporte de uma lei robusta, políticas públicas isoladas não conseguem produzir os efeitos necessários para garantir proteção integral à população LGBTQIA+.

Nas escolas, o cenário também é alarmante. Jovens LGBTQIA+ frequentemente enfrentam bullying e isolamento desde a infância. Sem proteção ou apoio, muitos acabam abandonando os estudos, interrompendo seus sonhos e oportunidades. Imaginar a rotina de ir à escola diariamente com medo, sabendo que esse espaço, que deveria ser de aprendizado, pode se tornar palco de piadas, xingamentos e até mesmo agressões, é profundamente perturbador. Para muitos, a escola se transforma em um ambiente de exclusão, não de crescimento.

Conforme discorre Mello, em *Educação e Diversidade Sexual: Reflexões sobre o Bullying* (2016, p. 15), trata-se de um “espaço onde a sexualidade se manifesta”, e que deveria superar preconceitos, promover direitos humanos e consolidar uma cultura de paz, combatendo a violência contra pessoas LGBTQIA+.

Pesquisas indicam que alunos LGBTQIA+ apresentam taxas alarmantes de evasão escolar, muitas vezes motivadas pelo medo e pelo estigma. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses jovens estão mais propensos a desenvolver quadros de depressão e ansiedade, além de registrarem rendimento acadêmico abaixo do esperado — justamente em uma fase da vida que deveria ser marcada por descobertas e crescimento. É imprescindível que as escolas implementem programas de sensibilização e acolhimento, criando um ambiente em que todos os alunos se sintam respeitados. Assim, a escola poderá cumprir seu verdadeiro papel de preparar os jovens para o futuro, e não contribuir para sua exclusão.

A escola é, sobretudo, um espaço plural, de aprendizagem e de convivência. Nesse sentido, Fernando Seffner (2009, p. 132) enfatiza que:

A escola é um espaço público. É um local onde os alunos podem aprender de forma intensa a negociar as regras de convívio em espaços públicos, conhecimento que será necessário até o fim da vida. O estigma e a discriminação são barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo. Não devem, portanto, ser admitidas no espaço escolar. Isto não vale apenas para indivíduos que apresentem orientação sexual diferente daquela tida como “normal”. Na escola pública o aluno intensamente evangélico precisa aprender a respeitar o aluno que professa uma religião afro, e vice-versa; professores mais velhos precisam respeitar os alunos mais novos, e vice-versa; professores e alunos mais velhos precisam respeitar os alunos mais novos, e vice-versa; professores e alunos necessitam demonstrar respeito uns pelos outros, em particular por conta das diferenças de geração de posição hierárquica; alunos brancos devem compreender e respeitar os alunos negros, e todos precisam perceber que o peso dos 400 anos de regime escravista ainda é muito forte na construção da sociedade brasileira [...]

Ademais, os direitos familiares das pessoas LGBTQIA+ continuam a ser uma questão sensível. Embora o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja legal no Brasil, casais LGBTQIA+ ainda enfrentam desafios significativos no reconhecimento pleno de seus direitos, como no processo de adoção de crianças. A burocracia excessiva e o preconceito institucional tornam esse caminho mais árduo, dificultando a concretização do sonho de formar uma família. Como aponta Márcia Lima (2018), “a ausência de uma legislação que

reconheça e proteja os direitos da população LGBTQIA+ em âmbito familiar não apenas perpetua a discriminação, mas também marginaliza as existências e os projetos de vida de muitas pessoas.”

Essa realidade evidencia o quanto a falta de uma legislação específica continua a afetar profundamente a vida de milhões de brasileiros. O reconhecimento da homofobia como crime equiparado ao racismo, decidido pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, representou um avanço importante, mas ainda está longe de solucionar todos os problemas enfrentados por essa população. O país necessita de uma legislação que vá além da criminalização, garantindo direitos, promovendo a inclusão e oferecendo proteção real.

Somente com leis claras, abrangentes e eficazes será possível construir uma sociedade verdadeiramente justa, na qual todas as pessoas possam viver sem medo, com respeito e dignidade, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Esse impacto social transcende o âmbito jurídico: trata-se de uma questão de humanidade. Cada indivíduo LGBTQIA+ afetado pela ausência de proteção legal é um ser humano que merece viver plenamente, sem temor. A sociedade brasileira tem, portanto, a responsabilidade moral e constitucional de assegurar que essa realidade se concretize.

6 COMPARAÇÃO COM OUTRAS JURISDIÇÕES

A homofobia não é um tema delicado apenas no Brasil, mas um fenômeno de alcance global. Dados da *Human Rights Campaign* revelam uma “epidemia de violência” que atinge especialmente mulheres transexuais e negras, que representam quase dois terços das vítimas nos Estados Unidos. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) destaca que, apesar dos avanços no reconhecimento dos direitos de pessoas LGBTQIA+ em diversos países, a violência e a perseguição contra essa população têm crescido de forma alarmante.

Essa discriminação explícita, aliada à marginalização sistemática e à institucionalização de práticas homofóbicas em diversos contextos, contribui para a exclusão social, encarceramento e até mesmo a morte de inúmeras pessoas. Casos emblemáticos ilustram essa realidade, como os de Mehrdad Karimpour e Farid Mohammadi, executados no Irã em janeiro de 2022, e das mulheres lésbicas Sedighi-Hamadani e Elham Chou Dar, condenadas à morte no mesmo país em setembro do mesmo ano. Igualmente chocante foi a condenação à morte por apedrejamento de três homens por relações homoafetivas, imposta por um tribunal islâmico em Bauchi, na Nigéria, em julho de 2022 — evidenciando a institucionalização e normatização da homofobia em sua forma mais cruel.

Atualmente, cerca de sete países mantêm em seus códigos penais a pena de morte para atos sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo, entre os quais se destacam Arábia Saudita, Brunei, Iêmen, Irã, Mauritânia, Nigéria e, mais recentemente, Uganda. Além disso, em outros cinco países — Afeganistão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Paquistão e Somália — a pena capital pode ser aplicada com base na interpretação da Sharia, a lei islâmica. Ao todo, 68 países ainda impõem algum tipo de criminalização às relações homoafetivas, com penas que variam desde meses de detenção até punições físicas, como flagelações públicas.

No entanto, como aponta Julia Hert, diretora-executiva da ILGA World (2024): “Existe uma progressão com respeito à penalização; a situação vem melhorando e é uma tendência que estamos observando nos últimos anos e até em décadas.” De fato, nos

últimos dez anos, 16 países revogaram leis que criminalizavam a população LGBTQIA+, entre eles Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, Angola, Moçambique e, mais recentemente, Singapura.

Observa-se também um cenário promissor em países latino-americanos como Argentina e Uruguai, que têm implementado legislações robustas contra a homofobia, criando ambientes mais seguros para suas populações. Na Argentina, a Lei de Identidade de Gênero (2019) e a Lei Antidiscriminatória são exemplos de iniciativas fundamentais para garantir dignidade e respeito. Em 2021, o país aprovou uma norma que estabelece uma cota mínima de 1% de cargos no serviço público para pessoas travestis, transexuais e transgêneras, com incentivos para que o setor privado adote a mesma política.

O jurista argentino Victor Abramovich reforça os impactos da ausência de proteção jurídica: “O direito internacional dos direitos humanos exige que os Estados adotem medidas específicas para proteger grupos historicamente marginalizados, incluindo a população LGBTQIA+, contra todas as formas de violência e discriminação. A ausência de normas específicas representa uma violação desse dever, enfraquecendo o compromisso das nações com a dignidade e a igualdade” (ABRAMOVICH, 2020).

No Uruguai, além da criminalização da homofobia, o país se destaca por programas educacionais que promovem o respeito à diversidade nas escolas e comunidades, fomentando a construção de ambientes inclusivos. Quando a legislação reconhece e protege a diversidade, a vida das pessoas LGBTQIA+ torna-se mais segura, digna e igualitária, garantindo-lhes os mesmos direitos que os cidadãos cisgênero e heterossexuais. Na Europa, a Suécia é referência mundial em direitos LGBTQIA+, ocupando posições de destaque nos rankings internacionais Spartacus (17ª) e EqualDex (13ª). O país legalizou as relações homoafetivas em 1944, tornou-se o primeiro do mundo a permitir a mudança legal de gênero em 1972, incluiu a orientação sexual na proteção contra discursos de ódio em sua constituição em 2003, e legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2009.

Em contrapartida, no Brasil, muitas pessoas LGBTQIA+ ainda enfrentam preconceito e violência no cotidiano, agravados pela ausência de uma legislação penal específica que reconheça e puna adequadamente a homofobia. A equiparação dessa violência ao crime de racismo, determinada pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, foi um passo relevante, porém paliativo. A falta de ação legislativa, motivada por um Congresso conservador, perpetua um cenário de insegurança jurídica e social.

Esse vácuo legal impõe consequências profundas, como dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, à educação e à saúde, além de contribuir para o aumento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Conforme aponta Silva (2006, p. 147-148),

[...] parece-nos um tanto forçado falar de um Movimento LGBT, como sendo um movimento social único, homogêneo, que reúne esta ampla gama de diferenças. A nós parece que seja mais plausível pensar em Movimentos LGBT, pois, dessa forma, estaríamos reconhecendo a diversidade e a autonomia de cada um destes coletivos para desenvolver suas próprias ações coletivas, para trilharem seus próprios caminhos, sem que, com isto, deixem de trabalhar em conjunto”.

As experiências contrastantes da Argentina e do Uruguai evidenciam a urgência de um marco legal específico no Brasil. Instituir legislações que reconheçam e criminalizem explicitamente a homofobia não é apenas uma questão jurídica, mas sobretudo um imperativo ético e humanitário. Trata-se de promover justiça, equidade e respeito às

diferenças, construindo uma sociedade em que todas as pessoas possam viver com liberdade e dignidade, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Uma legislação inclusiva tem o poder de transformar realidades — não apenas protegendo vidas, mas também inspirando uma nova geração a crescer sem medo, em um ambiente que valorize a diversidade e combata todas as formas de preconceito. Ao dar esse passo, o Brasil não apenas reafirmaria seu compromisso com os direitos humanos, mas também fortaleceria as bases de uma democracia verdadeiramente plural, em que a igualdade não seja um ideal distante, mas uma prática cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inércia do legislativo brasileiro em abordar o tema urgente da homofobia evidencia um vácuo jurídico que compromete diretamente a dignidade, a segurança e o reconhecimento dos direitos da comunidade LGBTQIA+. Apesar da equiparação do crime de homofobia ao crime de racismo, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, essa medida, embora louvável, revela-se insuficiente. Trata-se de uma interpretação judicial que, sem o respaldo de uma legislação específica, não contempla todas as nuances necessárias para o enfrentamento eficaz do ódio, da violência e da discriminação dirigidos a pessoas LGBTQIA+.

Esse vácuo normativo impõe limitações significativas ao Estado em sua resposta institucional a esses crimes, gerando inconsistências na aplicação da lei e inviabilizando o agravamento das penas em função da motivação discriminatória, dada a ausência de tipificação explícita relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. Como consequência, observa-se a subnotificação recorrente dos casos, o que compromete a formulação de políticas públicas eficazes de prevenção e combate à LGBTfobia, inclusive nos campos da educação e da conscientização.

A criação de uma legislação específica para o crime de homofobia teria como função primordial garantir segurança jurídica ao Judiciário em suas decisões, além de assegurar proteção efetiva à comunidade LGBTQIA+. Tal legislação simbolizaria não apenas um avanço normativo, mas também o compromisso do Brasil com os tratados internacionais de direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao analisarmos os marcos legais implementados por outros países e os efeitos positivos observados em suas sociedades, torna-se imprescindível que o legislativo brasileiro assuma sua responsabilidade social e enfrente a homofobia com a seriedade que a pauta exige. Somente uma legislação robusta e eficaz, que tipifique claramente os crimes motivados por LGBTfobia e seja acompanhada de políticas públicas integradas, será capaz de promover um ambiente seguro e inclusivo para todos os brasileiros — abordando a questão tanto na perspectiva punitiva quanto na preventiva.

O Brasil possui potencial para se tornar referência regional e internacional na promoção de direitos para a população LGBTQIA+, sobretudo no contexto latino-americano. Com sua posição geopolítica estratégica e peso econômico, o país pode liderar iniciativas e influenciar positivamente outros Estados a respeitar e cumprir os acordos internacionais de proteção aos direitos humanos, especialmente no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero.

Portanto, é dever do legislativo brasileiro debater com responsabilidade e urgência o tema da homofobia em seus espaços deliberativos, superando entraves ideológicos e conservadores, e atendendo aos clamores de uma comunidade historicamente

marginalizada. A criação de uma legislação específica não é apenas uma questão legal, mas também um compromisso moral e ético dos representantes do povo com a promoção da igualdade e da dignidade humana. A implementação de um novo marco legal será, sem dúvida, um passo fundamental na consolidação de uma sociedade mais plural, justa e verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A igreja católica e os homossexuais - https://jus.com.br/artigos/4420/a-igreja-catolica-e-os-homossexuais?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 mai. 2025.

ABRAMOVICH, Víctor. **Direitos das minorias e o cenário internacional**. Defensoria Argentina. Disponível em: <https://defensoria.org.ar/rec/victor-abramovich-los-derechos-humanos-en-las-politicas-publicas/>. Acesso em: 30 out. 2024.

BASTOS, Vinícius Marasciulo Dias. **A (não) criminalização da homofobia no Brasil**: Contrastes entre as exigências de proteção penal e direito penal simbólico. FURG. Rio Grande, 2015. Disponível em: <https://Repositorio.Furg.Br/Handle/1/7198>. Acesso em: 12 mai. 2025.

BEIRAS, A., MORAES, M., ALENCAR-RODRIGUES, R. e CANTERA, L. M. Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*; 24 (1), 36-45, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tBkTLBnvDDMgKT4N4C8qsYy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e Direitos Humanos**: A trajetória do conceito de cidadania e sua construção no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1996. Acesso em: 22 de maio. 2025.

BM. **Funcionários compartilham como se sentem valorizados e respeitados por suas identidades dentro da IBM**. IBM Impact. Disponível em: <https://www.ibm.com/impact/be-equal/communities/lgbtq>. Acesso em: 28 out. 2024.

BOMFIM, Rainer; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes. **A Inconstitucionalidade Por Omissão**: O Dever de Criminalizar a LGBTIfobia no Brasil. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*. Guanambi, v. 6, n. 01, e 249, pág. 1 de 31, jan./jun. 2019.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e Crítica de um Preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Editora Autêntica, *Ensaio Geral*, I, 2010. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL ESCOLA. **Equiparação da homofobia ao crime de racismo diante da tendência ao ativismo judicial**. Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/equiparacao-da-homofobia-ao->

[crime-de-racismo-diante-da-tendencia-ao-ativismo-judicial.htm#indice_1](#). Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2002. p. 19. Acesso em: 22 de maio. 2025.

BRASIL. **Um dos países mais letais para população LGBTQIA + do mundo.** Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/01/6791647-brasil-registra-257-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2023.html>. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Homofobia e leis em outros países.** BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64252532>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRITO, Débora. **Projetos sobre direitos LGBT caducam sem análise no Congresso.** Jota. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/legislativo/projetos-sobre-direitos-lgbt-caducam-sem-analise-no-congresso-28062021>. Acesso em: 04 abr. 2024.

Bruna Aragão. Cultura de preconceitos não muda por Constituição, diz Carmen Lúcia. Poder 360. Niterói. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-justica/cultura-de-preconceitos-nao-muda-por-constituicao-diz-carmen-lucia/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estudo mostra dados sobre insegurança de jovens homossexuais na escola.** Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/503087-estudo-mostra-dados-sobre-inseguranca-de-jovens-homossexuais-na-escola/>. Acesso em: 28 out. 2024.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Decano declara omissão legislativa e afirma que homofobia representa forma contemporânea de racismo - https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/decano-declara-omissao-legislativa-e-afirma-que-homofobia-representa-forma-contemporanea-de-racismo/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 mai. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **A importância das leis para a segurança da população LGBTQIA+.** Berenice Dias. Disponível em: <https://berenedias.com.br/unioes-homoafetivas/>. Acesso em: 20 out. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI.** 6°. Ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Homofobia é crime?.** Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 2012. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/noticias/5798> . Acesso em: 22 maio 2025.

FREITAS, Maria. **Citação do termo homofobia pela 1ª vez.** PePSIC. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X201500030001. Acesso em: 20 out. 2024.

HRC. **Relatório de mortes realizadas nos EUA.** Human Rights Campaign. Disponível em: <https://www.hrc.org/resources/violence-against-the-trans-and-gender-expansive-community-in-2020>. Acesso em: 28 out. 2024.

KOEHLER, Sonia Maria. **Homofobia, Cultura e Violências: a Desinformação Social** [2013]. IUNES, Analice et al. A Homofobia Sob a Égide Constitucional. A necessidade de Criminalizar uma Conduta que Afronta os Principais Fundamentos da Constituição, Juiz de Fora, ano 2019- jan/jun, ed. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes>. Acesso em: 05 nov. 2024.

LEITE, Marcela; REZENDE, Constança. Por 8 votos a 3, STF aprova usar leis de racismo para punir homofobia. UOL. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/13/stf-retoma-julgamento-da-criminalizacao-da-homofobia-com-voto-favoravel.htm?utm_source=chatgpt.com&cmpid=copiaecola. Acesso em 22 mai. 2025.

MIRANDA, Ana. **Violência e gênero.** Repositório UNL. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/56714/1/Violencia_e_Gnero.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

OLIVEIRA, Raphaella Aparecida Marciano De. **A EQUIPARAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA AO CRIME: UMA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1757/1/Artigo%20Cienti%CC%81fico%20Aluna%20Raphaella%20.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PALEY, Amit. THE TREVOR PROJECT. **Pesquisa Nacional de Saúde Mental de Jovens LGBTQ de 2022.** The Trevor Project. Disponível em: <https://www.thetrevorproject.org/survey-2022/>. Acesso em: 20 out. 2024.

REIS, Ronaldo. Política pública e cidadania LGBT no Brasil: avanços e desafios. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). Diferenças, desigualdades e direitos humanos: desafios da cidadania no Brasil contemporâneo. São Paulo: EDUSP, 2012. p. 47-65. Acesso em: 22 de maio. 2025.

SALES, Dimitri. **Jurista Dimitri Sales em fala defendendo a criminalização da homofobia.** Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dimitri-sales-defende-a-criminalizacao-da-homofobia#:~:text=Para%20tratar%20do%20tema%20%E2%80%9CSexualidade,contextualizando%20o%20conceito%20de%20cidadania>. Acesso em: 30 out. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 11ª Edição. Livraria do Advogado Editora. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/items/27b85446-b08a-49fe-9355-02caff074d87>. Acesso em: 12 de maio. 2025.

SEFFENER, Fernando. **Equívocos e Armadilhas na Articulação Entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: Problematização Sobre a Homofobia nas Escolas*. Brasília: UNESCO, 2009. p. 125 – 139. Acesso em: 04 nov. 2024.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Ano de defesa: 2006**. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Minas Gerais, 2006. Acesso em: 02 nov. 2024.

SILVA, Carlos. **O impacto da discriminação na saúde mental**. Scielo REEUSP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/cnnvPfnkz5pHCfM8kLHhY5S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SILVA, Dimitri. Para Dimitri Sales, **da Defesa da Cidadania, lei anti-discriminação é mal divulgada**. A Capa. Disponível em: <https://acapa.com.br/para-dimitri-sales-da-defesa-da-cidadania-lei-anti-discriminacao-e-mal-divulgada/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SILVA, Nome do Autor. **A criminalização da homofobia: equiparação ao crime de racismo sob a ótica do Supremo Tribunal Federal: análise da ADI nº 26**. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigo/54895/a-criminalizacao-da-homofobia-equiparao-ao-crime-de-racismo-sob-a-tica-do-supremo-tribunal-federal-anlise-da-ado-n-26>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Dossiê cidadania, direitos humanos e homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 150-166, 2009.

VECHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Fundamentos em prol da criminalização da homofobia e da transfobia**. Jota. 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/fundamentos-em-prol-dacriminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia>. Acesso em: 04 nov. 2024.